

29 JAN 1987

29 JAN 1987 OPINIÃO

## ANCA terapia do susto

SERGIO HAZIN

A instalação da Assembléia Nacional Constituinte encontra o País em situação nada exemplar: à espera de mais um pacote econômico. Será o terceiro da era Cruzado. E, como os demais, é aguardado em profundo sobressalto — quer por trabalhadores, quer por patrões. Sabe-se que, num passe de mágica, as regras do jogo econômico podem simplesmente virar do avesso.

O quadro não é novo, nem foi concebido pela Nova República. Há anos, o País acostumou-se ao reinado dos pacotes, que introduziram entre nós a chamada terapia do susto. O que há de interessante na situação presente é que tudo isso coincide com a instalação da Constituinte — circunstância que permitirá uma melhor reflexão sobre o papel intervencionista do Estado na economia.

Segundo a atual Constituição, o Brasil é um país que vive sob o império do sistema da livre iniciativa. Isso é o que está lá, escrito e sacramentado. E não é só: o Presidente da República, seus líderes e ministros de todas as áreas não se cansam de proclamar as excelências da economia de mercado e do sistema capitalista. Só que, na prática, atropelam a teoria. O Estado, no Brasil, responde por mais de setenta por cento dos investimentos da economia. Interfere em todos os setores e, para cobrir sua incontrolável vocação deficitária, produz, com indiscutível criatividade, impostos e empréstimos compulsórios para cobrir seus rombos.

No Brasil, a onipresença do Estado na economia não traduz uma prática socialista de regime. Isso porque o Estado atua como um capitalista voraz. E ainda: um mau capitalista, pois não tem compromisso com o lucro. Nem precisa. Se um empresário levar sua empresa ao vermelho, não há truque: ele vai à falência. Com o Governo, não: ele ou roda dinheiro ou retira-o da própria iniciativa privada.

CORREIO  
BRAZILIENSE

ANC 88  
Pasta 20 a 30  
Jan/87  
125

A questão central que deve ocupar os constituintes é justamente esta: a definição da natureza do regime que teremos. Não é mais possível continuar a habitar num sistema híbrido, em que o Estado oscila entre Adam Smith e Karl Marx.

Tais questões podem parecer óbvias a muitos. E são. Porém, nem todos enxergam o óbvio. Ou por outra: bem poucos têm esse dom. Um exame atento ao elenco de temas que vêm ocupando os constituintes às vésperas da instalação da Assembléia é extremamente preocupante. Fala-se de assuntos que, na essência, só interessam aos políticos — tais como voto distrital, acumulação de cargos, eleição do vice-presidente direta ou indireta ou duração do mandato do Presidente. Sobre as relações do trabalho e o verdadeiro papel do Estado diante da sociedade — que é de fato o que interessa a nós, que vivemos no País real —, os políticos nada dizem.

Queremos que a Constituinte remeta ao passado o País em que é proibido planejar. Nós, empresários, vivemos a síndrome do curto prazo. Não sabemos se o que é válido hoje será revogado pelo pacote de amanhã. Espera-se que deputados e senadores tenham a sensibilidade de que o momento histórico exige. O destino, nesse sentido, não se omitiu: fez coincidir a edição de mais um pacote com a Constituinte. Cabe aos constituintes, aproveitando a deixa, nos desempacotar a todos. Amém.

CORREIO BRAZILIENSE